

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DE QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES

PROMOTING EDUCATION AND PRESIDENT KENNEDY'S DEVELOPMENT PLAN

Roger Costa Fonseca Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro,RJ/Brasil
e-mail marcus_nathan1203@hotmail.com

Geverson Batista Ferreira Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro,RJ/Brasil
e-mail marcus_nathan1203@hotmail.com

Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro,RJ/Brasil
e-mail marcus_nathan1203@hotmail.com

Resumo A discussão acerca das oportunidades de inserção das minorias ao Ensino Superior e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho, já não é tão atual, pois vários textos já trataram dessa temática ao longo dos anos, porém, ainda há uma fonte inesgotável de observação quanto à disparidade social destas, principalmente no que se refere às comunidades quilombolas do Brasil. Diante dessa pertinência temática, esse artigo objetiva apontar para a importância da existência de políticas públicas que visem viabilizar o acesso de moradores de comunidades quilombolas à modalidade de ensino referida, tomando como base o programa PRODES/PK, desenvolvido no município de Presidente Kennedy, Espírito Santo. O trabalho, de caráter quantitativo, descritivo e exploratório, se baseou em pesquisa documental realizada na legislação municipal no que se refere ao modo pelo qual o município supracitado implementa suas ações afirmativas de políticas públicas, de modo a inserir a população quilombola no Ensino Superior, destacando valores de investimentos e arrecadação, bem como resultado de pesquisa de campo nas comunidades quilombolas de Cacimbinha e Boa Esperança, indagando-se sobre aqueles que concluíram o Ensino Superior por meio de ações afirmativas. Os resultados da pesquisa apontaram um quantitativo ainda pequeno de quilombolas que se formaram no Ensino Serior, tendo em vista que ainda precisa melhorar os índices mediante ao número total de moradores das comunidades, necessitando repensar uma forma de inseri-los no mercado de trabalho imediatamente, de acordo com suas formações.

Palavras-chave Minorias. Quilombolas. Ações afirmativas. Ensino Superior.

Abstract The discussion about opportunities for minorities to enter higher education and, consequently, the job market, is no longer so current, as several texts have already addressed this topic over the years. However, there is still an inexhaustible source of observation regarding the social disparity of these minorities, especially with regard to the quilombola communities of Brazil. Given this thematic relevance, this article aims to point out the importance of the existence of public policies that aim to facilitate the access of residents of quilombola communities to the aforementioned type of education, based on the PRODES/PK program, developed in the municipality of Presidente Kennedy, Espírito Santo. The study, which is quantitative, descriptive and exploratory in nature, was based on documentary research conducted on municipal legislation regarding the way in which the aforementioned municipality implements its affirmative actions in public policies, in order to include the quilombola population in higher education, highlighting investment and revenue values, as well as the results of field research in the quilombola communities of Cacimbinha and Boa Esperança, inquiring about those who completed higher education through affirmative actions. The results of the research indicated that a small number of quilombolas graduated from higher education, given that there is still a need to improve the rates in relation to the total number of residents in the communities, requiring a rethinking of a way to insert them into the job market immediately, according to their education.

Keywords Minorities. Quilombolas. Affirmative actions. Higher education



INTRODUÇÃO

De acordo com o dicionário online de Português (2022), a palavra “quilombo” significa “lugar secreto”, que ficava, no período escravocrata brasileiro, encoberto e escondido em meio ao mato, onde ficavam ou para onde iam as pessoas escravizadas que fugiam das fazendas, minas ou casas de família onde eram exploradas e sofriam vários tipos de violências. O mesmo dicionário *online* de Português destaca a etimologia da palavra quilombo como proveniente do termo quimbundo "kilombo", que significa acampamento, cabana.

Deste modo, pensar em comunidades quilombolas no Brasil é pensar também, infelizmente, em exclusão social e em políticas públicas de reparação, uma vez que essa realidade merece destaque no campo acadêmico, devido aos contextos históricos do país, tendo em vista todo o processo de escravização de pessoas no período colonial, ocasionando, no decorrer desse período, as denominadas aldeias quilombolas, com suas peculiaridades de características socioculturais próprias, dentre elas à exclusão das principais oportunidades ofertadas pelo Estado.

Azevedo (2004, p. 05) pontua, acerca das referidas políticas públicas, que: “[...] são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado”. Observada essa concepção, entende-se a política pública como essencial à força dos movimentos por meio da necessidade e pressão da sociedade, bem como do Estado, encurtando a distância existente entre as relações de cada sociedade consigo mesma, na busca de garantias de seus direitos, enfatizando o público quilombola inserido na proposta dessa pesquisa, levando em conta os desafios enfrentados devido às dificuldades de exclusão histórica e social dessa minoria, bem como a falta de oportunidade de acesso às questões básicas de uma sociedade justa e igualitária, tais como o acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Diante desse quadro, esse artigo busca focar justamente nesse público alvo, moradores das comunidades quilombolas de “Cacimbinha” e “Boa Esperança”, localizadas no município de Presidente Kennedy, Espírito Santo, voltando-se para a política pública denominada PRODES/PK, realizada pelo município para oportunizar o acesso e permanência de todos os munícipes ao Ensino Superior e, posteriormente, ao mercado de trabalho, tendo como ponto principal de análise apontar números que validam a presença de quilombolas após a implementação dessa ação afirmativa, verificando resultados de impacto social desde a criação do programa, relevantes aos dados deste trabalho. Por meio das informações coletadas de documentos cedidos pela própria prefeitura municipal de Presidente Kennedy, bem como pesquisa de campo realizada junto às comunidades quilombolas, foram forjados dados comparativos que trazem a lume um melhor entendimento de quantidades de homens e mulheres quilombolas que foram inseridos na proposta, bem como a discriminação de faixa etária de idades.

Para ampliar ainda mais o debate, esse artigo utiliza bibliografias atuais pertinentes ao tema, de modo a promover um diálogo conciso que validem os dados verificados, destacando sempre o

caminho percorrido pelos avanços alcançados sem se esquecer da importância do incentivo, não somente municipal, mas em longa escala por todo o país. Assim, a complexidade desse tema é uma vantagem para a sociedade, uma vez que a ampliação desses debates em escala nacional pode ocasionar uma série de fatores positivos ao grupo em questão, viabilizando cada vez mais políticas públicas que insiram todas as pessoas nas mesmas propostas de igualdade de condições.

A IMPORTÂNCIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

A importância do direito à educação versa, inicialmente, por princípios legais contidos na Declaração Universal de Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, que diz:

Art. 26 1. Todo ser humano tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A educação técnico-profissional será acessível a todos, bem como a educação superior, está baseada no mérito. 2. A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser incentivada, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, a fim de exercer sua cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Neste mesmo artigo é possível verificar alguns princípios que norteiam e orientam a iniciativa educacional, prezando pela igualdade de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, gratuidade no ensino público em estabelecimentos oficiais, gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988). Essa realidade está facilmente compreendida quando se trata sobre a Educação Básica, porém, o “mérito” do Ensino Superior, tem sido um obstáculo para a população menos favorecida, discrepando às igualdades que deveriam versar sobre o prisma constitucional.

Ainda no que diz respeito à importância da educação, Barroso (2019) afirma que:

Dar verdadeira prioridade à educação há de ser o grande projeto nacional, porque educação de qualidade é a premissa para o desenvolvimento econômico, o aumento da produtividade, o aprimoramento democrático, a formação de cidadãos melhores e de pessoas mais realizadas, assim como para a paz social e a elevação ética do país (BARROSO, 2019, p. 119).

Mediante a legislação vigente e as diversas iniciativas educacionais, o município de Presidente Kennedy não poderia ser contrário, ou seja, necessário é que se pense todos os dias em como aplicar essa prioridade, de modo que ultrapasse os limites da Educação Básica, garantindo aos

seus moradores essa igualdade de condições, principalmente para aqueles que culturalmente não as possui. É nesse sentido que o município tem avançado quanto às políticas públicas, na tentativa de inserir grande parte de seus munícipes, que estejam em condições escolares compatíveis, de cursarem o Ensino Superior, não sendo diferente na devida atenção à população quilombola, presente em suas duas comunidades.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho, de caráter quantitativo, descritivo e exploratório, se baseou em pesquisa documental realizada na legislação municipal no que se refere ao modo pelo qual o município supracitado implementa suas ações afirmativas de políticas públicas, de modo a inserir a população quilombola no Ensino Superior, destacando valores de investimentos e arrecadação, bem como resultado de pesquisa de campo nas comunidades quilombolas de Cacimbinha e Boa Esperança, indagando-se sobre aqueles que concluíram o Ensino Superior por meio das ações afirmativas. Os resultados da pesquisa apontaram um quantitativo. A pesquisa documental também ofereceu uma gama significativa de fontes, que incluíram legislações, normas, regulamentos, jornais, planos, leis, portarias, constituições federais, decretos, imagens material eletrônico, dentre outros documentos oficiais e institucionais afins (LUDKE; ANDRÉ, 2013; MARCONI; LAKATOS, 2017). Os dados quantitativos foram representados por meio de gráficos; A investigação quantitativa atua em níveis de realidade e tem como objetivo trazer à luz dados, indicadores numéricos (MINAYO; SANCHES, 2010).

CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada Presidente Kennedy é um dos 78 municípios do estado do Espírito Santo, localizado em seu extremo sul, que possui 11.658 habitantes, e extensão territorial de 594,897 km², com renda per capita anual de R\$ 169.012,45, e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,657, conforme dados do IBGE (2020). Apesar de sua extensa área territorial, seus habitantes se distribuem ao residirem, em sua maioria, na zona rural, o que indica que o município ainda se encontra em um nível considerado médio quanto ao IDHM, pois, quanto mais próximo for de 1 estiver, maior o desenvolvimento humano de um município. Vale salientar que sua emancipação ocorreu no ano de 1964, tendo como principal fonte de renda econômica a atividade agrícola, por meio do plantio de abacaxi, cana-de-açúcar, mandioca e mamão, a agropecuária e atividade leiteira.

Em razão da privilegiada área geográfica propícia à extração de petróleo, o município se tornou um expoente estadual no recebimento de royalties de petróleo a partir do ano de 2004 (BORGES; VILLELA, 2019), sendo aumentado esse recebimento a partir do ano de 2012, figurando como primeiro em arrecadação proveniente de extrativismo de todo o estado do Espírito Santo, alcançando, conforme consta no Balancete Analítico da Receita Orçamentária, disponível no portal

da Transparência, a arrecadação própria municipal foi de R\$ 10.310.000,00 (dez milhões, trezentos e dez mil reais), equivalente a 2,44% do valor total da receita corrente anual apurada no exercício financeiro do ano de 2019, que foi de R\$ 423.056.000,00 (quatrocentos e vinte e três milhões, cinquenta e seis mil reais).

Diante dessa ascensão financeira repentina, foi necessário pensar em caráter de urgências em como controlar o crescimento populacional desde então, bem como as ações afirmativas de políticas públicas que atendessem aos anseios de sua sociedade, visando incentivar outros tipos de crescimentos que não sejam econômicos, tais como os acessos aos bens comuns por parte de suas comunidades, em especial as mais vulneráveis, como, por exemplo, suas duas comunidades quilombolas, Cacimbinha e Boa Esperança.

Esse apontamento visa analisar e comparar a quantidade total de munícipes contemplados desde a criação do referido programa, de modo a obter um recorte do número de moradores de suas duas comunidades quilombolas que se encontram nesse quantitativo, destacando porcentagens por meio de gráficos comparativos, para discutir o quanto o município avançou em sua proposta de inserção de sua população ao Ensino Superior, bem como da presença de sua população quilombola neste cenário, de forma a validar suas iniciativas em relação a estes, destacando valores de investimentos e arrecadação.

Paralela a essa ação, foi realizada também uma pesquisa de campo nas referidas comunidades, prevalecendo-se dos números obtidos em relação ao público quilombola que ingressou e concluiu o Ensino Superior, verificando-se os contemplados pelo PRODES/PK, de modo a originar um recorte específico destes, apontando para faixas etárias de idade e sexo, devidamente discutidos e relacionados com alguns teóricos existentes. Para essa etapa da pesquisa, foram feitas visitas semanais nas comunidades, e também um contato direto com sua Associação de Moradores, obtendo alguns dos resultados da amostra supracitada.

Por fim, após o levantamento de dados, foram estabelecidas abordagens bibliográficas de cunho qualitativo, por meio da abordagem de diferentes teóricos sobre o tema em foco, tais como: Azevedo (2004), Barroso (2019); Höfling (2001) e Marques (2009), ocasionando em uma discussão qualitativa.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CACIMBINHA E BOA ESPERANÇA – PRESIDENTE KENNEDY-ES

A regularização de territórios quilombolas presentes no cenário rural do Brasil, a partir da expansão territorial das áreas urbanas por todo o país, fundamenta-se na necessidade de se debater sobre a forma pela qual estes foram inseridos nas propostas de modernização a partir da segunda metade do século XX, principalmente no período político brasileiro sob o domínio dos militares, por meio de sua ideologia acerca do desenvolvimento, na qual se implantou projetos técnico-científicos, agropecuários, madeireiras e hidroelétricas, a partir de fundamentos geopolíticos.

Juntamente com o progresso econômico e financeiro tão sonhado, e também difundido, surgiram

outras necessidades a serem questionadas, tais como a maneira de incluir minorias como a tratada neste artigo na proposta igualitária de condições humanas e sociais.

A redemocratização do país, por meio de Constituição Federal de 1988, reconheceu alguns direitos dos quilombolas quanto à sua titulação, como resultado de movimentos sociais e parlamentares, identificando-os e delimitando suas necessidades para iniciar o processo de reparação histórica e social no decorrer dos anos seguintes. Sua identificação e autodeterminação dos membros da comunidade vieram a lume muitos anos após, por meio do decreto n. 4.887/2003. As comunidades de Cacimbinha e Boa Esperança são comunidades quilombolas situadas na zona rural do município de Presidente Kennedy, estado do Espírito Santo, com um quantitativo de 1768 moradores, somando as duas comunidades, de acordo com o último senso realizado pela própria associação de moradores. Consta na tradição oral duas versões que explicam suas formações, uma menos aceita, que indica os moradores como remanescentes de pessoas escravizadas que fugiram do estado do Rio de Janeiro, provavelmente dos engenhos de cana-de-açúcar da cidade de Campos dos Goytacazes, e se alocaram naquela região por ser uma região segura para sua não captura. A outra versão diz que as terras teriam sido doadas a um escravo alforriado como recompensa pelos bons serviços prestados durante os anos, este, com suas cinco esposas, teriam originado todas as famílias.

Atualmente, essas comunidades são reconhecidas e registradas como comunidade quilombola, tendo ainda preservadas algumas de suas primeiras construções, simples e típicas de sua característica cultural, diante da realidade passada de pessoas que se casavam entre parentes, primos e primas, tios e sobrinhas, vivendo seus moradores da agricultura e pecuária, tendo como marco da chegada dos primeiros africanos à região o século XVII, sendo ainda preservada a cultura afro-brasileira por meio de políticas públicas incentivadas pelo município. Diante desse quadro, e da necessidade vindoura à sua época de crescimento, creches, escolas e postos de saúdes foram construídos para atender às demandas educacionais de sua população.

POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL POR MEIO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TÉCNICO, SUPERIOR E PÓS-GRADUAÇÃO – PRODES/PK

As exigências para o acesso ao mercado de trabalho são cada vez maiores de acordo com o desenvolvimento social, resultando no aumento de ofertas de capacitações e especializações, principalmente no que tange aos cursos de nível Superior. Esse quadro gera grandes expectativas de melhoria na qualidade de vida do indivíduo, pois configura um aumento de renda familiar e crescimento pessoal, porém, sabe-se que tais oportunidades não estão acessíveis a todos os grupos sociais, sendo notoriamente destacadas as classes mais pobres como excluídas desses processos, gerando ambiguidade na proposta, pois é a classe que mais deveria pleitear crescimentos.

O Brasil, por meio de suas ações afirmativas de políticas públicas, vem progredindo na reparação dessa desigualdade por meio do oferecimento de bolsas de estudos de acesso ao Ensino Superior, seja público ou privado, presencial ou à distância, o poder público implantou diversas políticas públicas de democratização do acesso à universidade, do qual podemos citar o Programa Universidade para Todos (ProUni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a implantação de ações afirmativas em diversas universidades públicas (SOUZA, NUNES, 2015).

De maneira primária, torna-se necessária a compreensão técnica do que se entende por políticas públicas, bem como de políticas públicas sociais, levando em consideração alguns teóricos renomados, tais como Höfling (2001), que diz:

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HÖFLING, 2001, p. 31).

Para a Höfling (2001, p. 31), as políticas sociais “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”.

Para muito além desse significado positivado da palavra, bem como sua etimologia, está sua classificação quanto aplicação social, assim como descreve Marques (2009):

Não é apenas uma tipologia de dimensões, atividades econômicas, localização geográfica, quantidade de membros e sítio de artefatos de importância histórica. Ele é uma comunidade e, enquanto tal, passa a ser uma unidade viva, um locus de produção material e simbólica. Institui-se como um sistema político, econômico, de parentesco e religioso que margeia ou pode ser alternativo à sociedade abrangente. (MARQUES, 2009, p. 344).

Assim, diante da necessidade de também pensar uma forma própria de inserir sua população nas mesmas oportunidades de acesso ao Ensino Superior e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho, prevalecendo-se de sua eclosão financeira, o município de Presidente Kennedy implementou a Política Pública de acesso à qualificação profissional aos seus moradores, trazendo a lume o Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-Graduação - PRODES/PK, de modo a conceder os benefícios de bolsas de estudos integrais, por meio de legislação própria, aos seus munícipes, ampliando seu acesso ao Ensino Superior e promovendo oportunidades a população jovem ao saírem do Ensino Médio.

Tal iniciativa de qualificação foi implementada no ano de 2005, por meio da Lei Municipal nº 638/2005 (PRESIDENTE KENNEDY, 2005), entrando em vigor efetivamente no ano de 2010, e visou promover a emancipação econômica de seus moradores, uma vez que o aumento de

milhões de reais no ano de 2019 (BORGES; VILLELA, 2019), fornecendo capacidade custeios para tal, objetivando garantir o progresso educacional e profissional de todos, a partir de então.

Quanto ao Ensino Superior, o Plano de Desenvolvimento Estratégico do município de Presidente Kennedy 2018/2035 (PRESIDENTE KENNEDY, 2017, p. 21) trata acerca da ação de política pública supracitada, no qual destaca o percentual de custeios municipais com cada ingressante no programa:

Em relação ao Ensino Superior, desde o ano de 2010, o município de Presidente Kennedy-ES desenvolve um programa de incentivo ao ingresso ao Ensino Superior e Técnico, por intermédio da oferta de bolsas de estudos para Cursos Técnicos, Superior, Pós-graduação, Mestrado e Doutorado em diversas áreas do conhecimento. O PRODES-PK (Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico do Município de Presidente Kennedy) atende a mais de 900 (novecentos) alunos nos diversos níveis de formação propostos pelo programa, com o pagamento integral de mensalidades e custeio do transporte dos estudantes, uma vez que a localidade não dispõe de nenhuma instituição de ensino superior ou escola técnica profissionalizante. (PRESIDENTE KENNEDY, 2020, p. 21)

Deste modo, observa-se a efetividade do programa em alcançar o maior número possível de munícipes contemplados pela referida política pública, possibilitando à sua população uma maior busca de qualificação por meio de auxílios que vão muito além do custeio de bolsas de estudo integral em faculdades particulares, mas também o suporte de transportes e afins, que só fazem contemplar oportunidades àqueles que normalmente não as teriam, principalmente quando se trata do grupo quilombola.

RESULTADOS DA PESQUISA

O gráfico abaixo ilustra a quantidade total de moradores das duas comunidades quilombolas juntas, sendo essa coleta realizada por meio do último senso de sua Associação de Moradores, compreendendo um número de 1768 munícipes. Esses dados foram levantados para abordar uma quantificação em porcentagem acerca desse número em relação ao número de pessoas que concluíram o Ensino Superior por intermédio da política pública PRODES/PK.

Gráfico 1

Moradores de Comunidades Quilombolas em Presidente Kennedy - Ensino Superior



Fonte: Elaboração própria

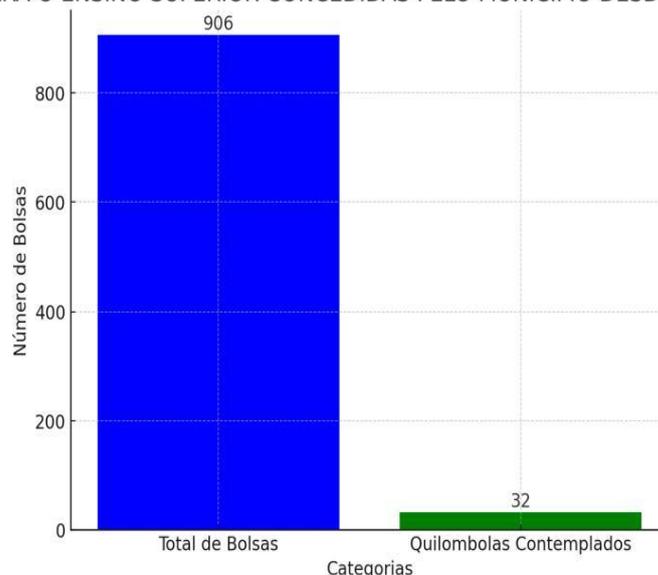
De acordo com os resultados, pode-se observar que um número muito pequeno de moradores tiveram a iniciativa de buscar o benefício concedido pelo município, concluindo suas graduações. Foi obtido um número de 32 pessoas que atingiram o fim de suas formações, no qual, mediante ao quantitativo de 1768 moradores, representa apenas 1,8% destes.

Essa amostra se evidencia como uma necessidade de o município tentar alcançar mais pessoas das comunidades, oferecendo-lhes condições de ingresso e permanência nas faculdades. Esses números também apontam para a necessidade de resgatar cada vez mais o pertencimento dos referidos moradores quanto à necessidade de qualificar profissionalmente e mudar suas perspectivas econômicas, uma vez que as demandas de orçamento familiar só têm aumentado e, assim, também a procura por empregos com maiores salários, acessíveis aos que estiverem de fato dentro dos padrões dessa qualificação.

As iniciativas do Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-graduação – PRODES/PK geraram expectativas de melhorias pessoal e profissional em toda a população, por meio de seu incentivo direto ao mérito do Ensino Superior, contemplando um número crescente de bolsistas a cada ano. Essa porção amostral nos aponta, inicialmente, a validação dessa iniciativa do município em prol de sua finalidade, conforme explícito no gráfico abaixo:

Gráfico 2

TOTAL DE BOLSAS PARA O ENSINO SUPERIOR CONCEDIDAS PELO MUNICÍPIO DESDE A CRIAÇÃO DO PRODES/PK



Fonte: Elaboração própria

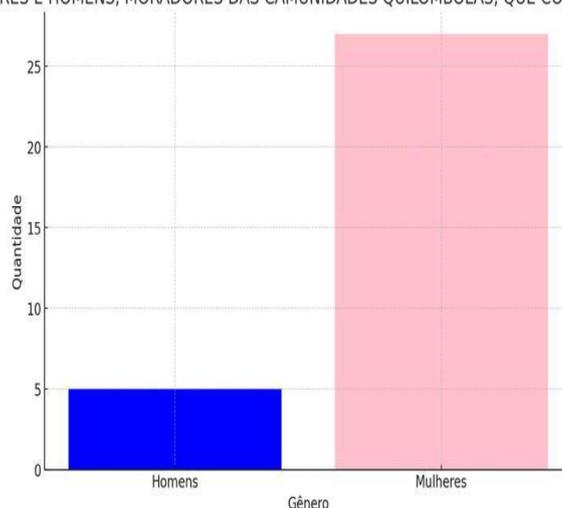
Assim, mediante a ilustração gráfica observada, descobre-se o número total de 906 bolsas de estudos concedidas a todos os munícipes, que buscaram e tinham direito ao benefício e que concluíram suas graduações, observando-se também o número de 32 destes apontados como moradores das comunidades quilombolas em foco, configurando 3,53% da amostra total. Esse número evidencia-se como muito baixo, de acordo com o total, devendo o município atentar-se para a criação de novas políticas públicas de inserção destes, na tentativa de reparar essa desigualdade.

É importante destacar que não existe um estudo aprofundado acerca de quantos quilombolas são inseridos no Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-graduação PRODES/PK por ano, porém, diante da observação do ano de implantação do referido, 2010, frente ao número encontrado de moradores das comunidades quilombolas que foram contemplados com a bolsa de estudo do Ensino Superior e concluíram suas graduações, 32 moradores, observa-se uma média de 2,28 pessoas por ano, tendo em vista a divisão de 32 pessoas por 14 anos de vigência do programa, até a presente data de 2024.

O gráfico a seguir ilustra a quantidade de homens e mulheres, moradores das duas comunidades quilombolas em análise, que concluíram o Ensino Superior por meio da iniciativa do Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Superior e Pós-graduação – PRODES/PK. Essa análise garante a validação da oferta para ambos os gêneros, visando melhor discutir quem mais se interessou pela proposta de bolsa de estudo integral, se homens ou mulheres, tendo maiores perspectivas quanto à inserção ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, o anseio por melhores condições de salário, por intermédio de suas graduações.

Gráfico 3

QUANTIDADE DE MULHERES E HOMENS, MORADORES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, QUE CONCLUÍRAM O ENSINO SUPERIOR



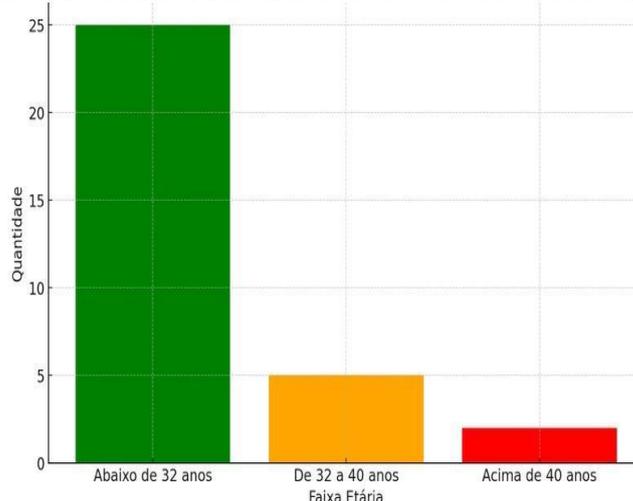
Fonte: Elaboração própria

Mediante a análise do gráfico acima, observa-se uma enorme vantagem da presença e interesse das mulheres quilombolas em relação aos homens, no que diz respeito à busca, permanência e conclusão do Ensino Superior por meio do PRODES/PK. Conforme exposto, do total de 32 pessoas do objeto de apreciação deste trabalho, 27 são mulheres, representando 84,3%, restando apenas o número de 5 homens, que representam 15,6%, apontando para a possibilidade de novas ações afirmativas por parte do município de Presidente Kennedy para corrigir tal disparidade.

A próxima análise versa sobre o entendimento da faixa etária de idade dos moradores das comunidades quilombolas do município de Presidente Kennedy em questão, tendo sido estabelecida três faixas de idade, cujo objetivo foi identificar o alcance da proposta de oferta da ação afirmativa, não somente para os mais jovens, mas também para as pessoas de meia idade. A primeira idade analisada é de pessoas mais jovens, com idade abaixo dos 32 anos. A segunda faixa etária está posta para pessoas de meia idade, entre 32 anos e 40 anos. A última análise foi feita para observar a presença de um público de idade mais avançada, a partir dos 40 anos.

Gráfico 4

FAIXA ETÁRIA DE IDADE DOS MORADORES COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, POR MEIO DA INICIATIVA DO PRODES/PK



Fonte: Elaboração própria

De acordo com o exposto no gráfico, observa-se que, dentre os 32 moradores de comunidades quilombolas do município de Presidente Kennedy, que alcançaram a conclusão do Ensino Superior pela iniciativa PRODES/PK, 25 deles são jovens com idade inferior a 32 anos, representando 78,1% do total. Esse número valida a suspeita de que a Política Pública de inserção ao Ensino Superior ofertada pelo município foi mais aderida pela porção amostral de estudantes que saíram recentemente (nos últimos anos) do Ensino Médio, tendo em vista que os cursos de Ensino Superior normalmente duram entre 4 a 5 anos para sua conclusão.

Foi diagnosticada, ainda, a presença de 5 moradores considerados de meia idade, entre 32 e 40 anos, representando 15,6% do total, que aponta para aqueles que foram um pouco mais além das circunstâncias normais do dia a dia de uma pessoa de idade avançada, tais como, possivelmente, demandas familiares e de conciliação ao trabalho enquanto estudam. A parte mais interessante desse recorte ficou a cargo da presença de 2 pessoas acima de 40 anos apontadas pelo gráfico, que representam 6,2% do total, trazendo para a compreensão do universo dessa pesquisa que a política pública municipal em apreço alcançou camadas extremas de diferentes pessoas, não sendo diferente nas comunidades quilombolas estudadas.

Assim, a partir dos dados dessa pesquisa, verificou-se uma demanda ainda crescente de inserir os moradores das comunidades quilombolas de Presidente Kennedy nas propostas do PRODES/PK, tendo em vista o número muito pequeno destes no cenário municipal, levando em consideração, ainda, a pouca adesão por parte dos quilombolas homens e, em especial, acima dos 32 anos. Para tal, faz-se necessário pensar políticas públicas que visem garantir a estes oportunidades de igualdade com os demais munícipes, de maneira a não excluir nenhum morador, levando em conta os parâmetros de propagação positiva da oferta de bolsas, bem como os amparos que Presidente Kennedy ainda tem condições de possibilitar aos seus habitantes, de modo a

qualificar o máximo de pessoas dentro dos padrões esperados, não sendo diferente com suas comunidades quilombolas.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo verificar a validade da Política Pública denominada PRODES/PK no município de Presidente Kennedy, com enfoque na oferta e contemplação dos moradores de suas duas comunidades quilombolas, Cacimbinha e Boa Esperança, de maneira a argumentar por meio da legislação municipal os investimentos e custos de cada ação, de modo a garantir ao público quilombola sua inserção nos parâmetros de equidade dentro da esfera social local. O conteúdo argumentativo proposto por esse trabalho está presente na legislação do município de Presidente Kennedy, bem como na Constituição Federal do Brasil (1988), que iniciam a compreensão do objeto pretendido por meio de base teóricas com alguns autores que dialogam diretamente com as causas do público quilombola por todo o Brasil, na busca de validação positiva de proteção aos seus direitos e cultura própria, de modo a não excluí-los socialmente dentro do entendimento errôneo de que toda comunidade quilombola precisa fazer com que seus moradores se limitem apenas aos trabalhos rurais, desqualificando a mão de obra dos seus.

São notáveis as dificuldades do processo de inserção social dos moradores de comunidades quilombolas por todo o Brasil, principalmente por conta de um olhar discriminatório das demais camadas da sociedade, bem como da negligência escolar que o país todo convive, porém, por meio dos dados obtidos nessa pesquisa, foi possível identificar a presença desse grupo dentro das propostas benéficas de ações afirmativas promovidas por sua administração ao longo dos anos, validando que o município de Presidente Kennedy, Espírito Santo, deu os primeiros passos para agir contra essa tendência.

Essa pesquisa se mostrou necessária diante da importância de apontar como essas políticas funcionam, bem como de fazer um recorte das características de gênero e idade dos moradores em questão, abrindo precedentes para entendimentos ainda maiores, oportunizando a outros municípios que tenham o mesmo olhar de oportunidades, dentro de suas possibilidades. Conhecer o perfil de gênero e idade dos 32 moradores citados ajudou a entender a realidade das duas comunidades em foco e, ainda, mapear a forma de atingir outros mais, com o mesmo perfil ou com perfis diferentes, de modo a qualificá-los para atender presentes e também as futuras demandas socioeconômicas do próprio município.

Vale ressaltar que as atividades metodológicas de aproximação com as comunidades no ato de execução dessa pesquisa foram extremamente positivas para melhor compreender a realidade dessa minoria, vindo a auxiliar na compreensão do conteúdo, tendo sido respeitadas a cultura local, bem como que as dificuldades de infraestrutura que esses moradores ainda enfrentam, dentre elas o acesso ao local onde residem. A pesquisa de campo foi realizada respeitando esses pressupostos, desde a coleta de dados na Associação de Moradores da comunidade, até o momento de investigação

das particularidades, obtendo-se êxito e boa aceitação no objeto pretendido. Assim, chega-se

a conclusão de que existem muitas ações afirmativas que contribuem para a garantia de melhorias educacionais e profissionais do grupo quilombola do município de Presidente Kennedy, sendo o Programa de Desenvolvimento do Ensino Técnico, Ensino Superior e Pós-graduação (PRODES/PK) uma dessas iniciativas, oportunizando ao grupo em análise, melhorias de condições de vida por meio de incentivo ao estudo e formação integral, não somente pelo pagamento de bolsas, mas também pela oportunização de condições que facilitam a conclusão da graduação. Entretanto, esse número poderia ser muito maior, uma vez que ainda muito discrepa dos dados referentes aos moradores de outras localidades do mesmo município, chamando atenção para uma possível intensificação na forma de atrair cada vez mais esse grupo para a adesão de empreender o Ensino Superior e concluí-lo, principalmente os de gênero masculino, mediante a supremacia feminina desse recorte analítico.

Deste modo, surge a necessidade de criar políticas públicas mais específicas para essa problemática, de maneira a garantir o aumento do número de homens e também de pessoas de meia idade na proposta de ingresso no Ensino Superior, porém, sem se esquecer, da validade dos dados dessa pesquisa mediante a abertura da possibilidade de investigação do nível de escolaridade de cada um destes, de forma a entender se já concluíram o grau básico de estudos e, portanto, são impossibilitados em pleitear a bolsa de Ensino Superior, se é apenas uma recusa mesmo ou se não receberam a informação necessária para concorrerem ao benefício. Essa pertinência ficará a cargo de futuros pesquisadores que se interessarem pelo tema, tendo em vista a urgência de se tratar acerca da causa destes.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. **Campinas: Autores Associados**, 2004.
- BARROSO, L. R. A educação básica no Brasil: do atraso prolongado à conquista do futuro. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Belo Horizonte, ano 13, n. 41, p. 117-155, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso em: 23 mar. 2024.
- BORGES, A. J. M.; VILLELA, T. M. C. **Finanças dos Municípios Capixabas**. v. 25, 2019. Vitória, ES: **Aequus Consultoria**, 2019. Disponível em: http://aequus.com.br/anuarios/capixabas_2019.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.
- Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República, 21 nov. 2003.
- DICIO, **Dicionário Online de Português. Quilombo**. Porto: 7 Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/quilombo/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, p. 30-41, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**. **Panorama do Município de Presidente Kennedy-ES**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/presidente-kennedy/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. **São Paulo: Atlas**, 2003.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: **E.P.U.**, 2013.

MARQUES, C. E. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**, v. 52, n. 1, p. 340-374, 2009.

MINAYO MC, SANCHES O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, 2010, 9(3):239-262.

PRESIDENTE KENNEDY. Lei nº 1.487, de 27 de agosto de 2020. Dispõe sobre o novo regime jurídico para o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior no Município de Presidente Kennedy e dá outras Providências. Disponível em: <http://legislacaocompilada.com.br/kennedy/Arquivo/Documents/legislacao/html/L14872020.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PRESIDENTE KENNEDY. Lei nº 638, de 05 de maio de 2005. Institui o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior no Município de Presidente Kennedy e dá outras Providências. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/transparencia/documento/ver/25/anexos>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PRESIDENTE KENNEDY. Planejamento Estratégico Presidente Kennedy 2018-2035. Futura. 2017. Portal da Transparência. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=82>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PRESIDENTE KENNEDY. *Dados do município - Espírito Santo*. 2020. Disponível em: <http://www.presidentekennedy.es.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2024.

SOUZA, L. P.; NUNES, C. M. F. Evasão no ensino superior: O caso do curso de pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12, 2015, Paraná Rio Grande do Norte. **Anais Eletrônico**. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21082_8342.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.